



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO**

**Município: MACHADO/MG**



#### Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	7
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	33
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	33
VIII - CONCLUSÃO	33
IX - ANEXOS	35





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO

CPF/CNPJ: 18.242.784/0001-20

Município/UF: MACHADO-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO

CPF/CNPJ: 18.242.784/0001-20

Município/UF: MACHADO/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: 01/01/2024 a 19/04/2025

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	11/02/2025	18/04/2025
Execução - In loco	22/04/2025	25/04/2025
Relatório	28/04/2025	16/05/2025

Tarefa Nº: 152492

Natureza da Entidade: Municipal

## II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

## III - INTRODUÇÃO

### FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de Auditoria Programada, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2025, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

### OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o Município de Machado, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; regularidade do processo de formalização de Contratos e/ou Convênios com os prestadores assistenciais hospitalares localizados na sede do município auditado; e a regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS.

O período de abrangência desta auditoria é mês de janeiro/2024 a abril/2025.

\*Siglas:



CMA - Componente Municipal de Saúde

SCRA - Serviço de Controle de Regulação e Avaliação

FMS - Fundo Municipal de Saúde

#### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O município de Machado, localiza-se no sul de Minas Gerais, próximo da cidade de Alfenas. Sua população, conforme último censo do IBGE – Sua população é de 37.684 habitantes. (Fonte: Censo 2022). Pertence à macrorregião sul, e à microrregião de Alfenas/ Machado.

Tem como municípios limítrofes: Alfenas, Carvalhópolis, Poço Fundo, Serrania, Campestre, Turvolândia, Paraguaçu, Cordislândia (fonte:www.machado.mg.gov.br).

Possui PPI para procedimentos ambulatoriais com os seguintes municípios de referência: Alfenas, Bandeirado Sul, Campestre, Campos Gerais, Carvalhópolis, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.

A SMS de Machado está cadastrada no CNES 6433820. Possui CNES diferenciado para a UNIDADE DE TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO TFD – 5870372, e REGULACAO CONTROLE E AVALIACAO - 6402372.

Possui um AMBULATORIO DE SAUDE MENTAL (7039875), um CENTRO DE REABILITACAO FISIOFONO (9944699), um CAPS I (0988103), um CENTRO DE SAUDE HERCULES PRESCILDO NANETTI (policlínica -2167433), uma FARMACIA BASICA MUNICIPAL (5870399), 13( treze) Pontos de Apoio rural, 06(seis) Postos de saúde rural (Limeira, Serra Negra, Campo Alegre, Ouvidor, Caixetas, Pinhalzinho), uma UBS CENTRO, 9 (nove) USF – unidade de saúde da família (USF MARCO ANTONIO MORAIS MACEDO, USF JARDIM DAS OLIVEIRAS, USF RUA DA MAQUINA, USF SANTUARIO, USF DOUTOR MANIR ELIAS DONATO, USF DOUTOR JOSE CLAUDIO NERY, USF DOUTOR CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA, USF DOUTOR APRIGIO NOGUEIRA, USF DOURADINHO.

O município de Machado/MG assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.036, de 30/01/2012, com efeitos financeiros a partir do mês de fevereiro de 2012 e possui 01 prestador hospitalar do SUS em sua sede, sendo ele: Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado de Natureza Jurídica - Entidade Sem Fins Lucrativos, CNPJ 22.228.571/0001-10, CNES: 2796392, com atendimento de média complexidade para pacientes particulares, conveniados e SUS. Possui um total de 66 leitos, sendo 10 leitos de UTI (totalmente SUS) e 46 leitos destinados ao SUS. (CNES acessado em 19/02/2025 - <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/identificacao/3139002796392>)

#### IV - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

- Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação, será verificado a regularidade em relação a implantação e operacionalização dos serviços.
- Quanto ao Fundo Municipal de Saúde não será contemplado a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e execução de despesa.
- Quanto aos Contratos e Convênios não será contemplado a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos Contratos Firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011). Não será contemplado a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado.
- Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS, será verificado a formalização deles, sendo restrito a análise às formalidades de elaboração, registrados/elaborados no Sistema DIGISUS e encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplado a avaliação em relação a regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco com a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### FASE ANALÍTICA:

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0011568/2025-87
- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI nº 1320.01.0011585/2025-16;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria;
- Análise e estudo da Matriz Única de Planejamento de Auditoria;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao Município de Machado e aos objetos de auditoria;
- Extração e análise de relatórios do CNES;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consultappi>;
- Consultas aos portais transparência da Prefeitura Municipal;
- Elaboração do cronograma fase analítica e fase operativa de auditoria;
- Envio do Ofício SES/AUDSUS de comunicação de auditoria e solicitação, à SMS, de documentos necessários para realização do trabalho.

#### Componente Municipal de Auditoria (CMA):

- Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;
- Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
- Organograma da SMS;
- Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;
- Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de monitoramento, Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros;
- Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;
- Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado, frente o Relatório de Auditoria;
- Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.

#### Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

- Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;
- Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;
- Documentos que comprovem a realização de capacitações permanentes relativas a assuntos específicos do SCRA, tais como: conceitos, funcionamento e atividades do SCRA, atribuições de cada membro da equipe, legislações que fundamentam o SCRA, protocolos de regulação, etc;
- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra;
- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra;
- Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra;
- Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra;
- Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra;
- Atas de reunião da CIB sobre revisão da Programação Pactuada Integrada (PPI) do município;
- Relatórios de remanejamento da PPI do município, extraídos do GERASUS;
- Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);
- Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;
- Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(is) pela autorização de AIH e APAC;
- Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);
- Espelhos de AIH das três últimas competências processadas( novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025);
- Síntese de Produção de APAC de três competências processadas no período de abrangência da auditoria;
- Ato formal de nomeação da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo



município;

- Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município;
- Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização da(s) Unidade(s) Hospitalar(es) contratada(s) pelo município (atas, relatórios, planilhas e outros);
- Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

- Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;
  - Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2024 e 2025;
  - Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2024 e 2025;
  - Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
  - Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);
  - Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra: : novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025.
  - Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
  - Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
  - Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;
  - Contratos e/ou convênios vigentes, formalizados com os Prestadores Hospitalares (documentos referentes à Contratualização da(s) unidade(s) hospitalar(es);
- Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es);
- Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o(s) prestador(es) de serviço(s) hospitalar(es) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).

#### **FASE OPERATIVA**

A fase operativa ocorreu com o seguinte cronograma:

- 22/04/2025 :Apresentação dos auditores e início dos trabalhos na SMS de Machado

23 e 24/04/2025:

- Análise de documentação, APACs, FAAs.
- Coleta de Termo de Entrevista com responsável pelo setor de Regulação;
- Coleta de Termo de Entrevista com gestor de saúde do município;
- Análise e coleta de documentos junto ao Setor de Contabilidade da Prefeitura.

25/04/2025:

Encerramento das atividades,

Realização do Termo de Auditoria e orientações quanto ao processo administrativo de auditoria.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Limitações: Não ocorreram limitações

## V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 702629

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Componente Municipal de Auditoria não está devidamente formalizado.

Evidência: A SMS de Machado disponibilizou a Lei Ordinária municipal de nº 2.044 de 14/03/2008, que instituiu o serviço municipal de controle, avaliação e auditoria, componente do sistema nacional de auditoria de Saúde Pública. Essa Lei foi alterada pela Lei Ordinária nº 2.132 de 15/06/2009.

Apesar da nomenclatura ampla de "serviço municipal de controle, avaliação e auditoria" para designar o Componente Municipal de Auditoria do SNA, o Sistema Municipal de Saúde de Machado apresentou ato formal de criação de seu componente de auditoria. Entretanto, não foi apresentado Regulamento e/ou protocolo de atuação do CMA.

Verificou-se que o Organograma da SMS de Machado não contempla a estrutura do CMA. Verificado também que a PAS municipal de 2024 não contempla previsão de instituição do CMA, área física e equipamentos para atuação. De acordo a informação obtida em Declaração, datada de 19/03/2025 e assinada pelo gestor Sr. R.H.C.C. e o gerente da regulação Sr. J.M.C.O., o município não possui o CMA (Componente Municipal de Auditoria) implantado e implementado. Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, §2º, Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º e Artigo 4º, Caput e §3º; Resolução CIT N.º 1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1 'q' e 'r'; Lei Ordinária Nº 2.044 de 14/03/2008 e Manual: Auditoria do SUS-Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35.

Fonte da Evidência: - PAS municipal de Machado, 2024;

- Organograma da SMS, conforme Lei Complementar nº 193, de 13 de janeiro de 2021;

- Lei Ordinária nº 2044 de 14 de março de 2008;

- Lei Ordinária nº 2.132 de 15/06/2009;

- Declaração datada de 19/03/2025, assinada pelo gestor Sr. R.H.C.C. e o gerente da regulação Sr. J.M.C.O.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C., que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: "Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar".

Inicialmente, cumpre esclarecer que por falta de conhecimento desse requisito, o CMA - Componente Municipal de Auditoria não está devidamente formalizado e, conseqüentemente, sem equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria no SUS. Contudo, considerando as informações do Relatório Preliminar, estão sendo tomadas medidas necessárias à adequação. Para tanto, foi solicitada a alteração da Lei Complementar nº 193, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a nova Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Machado, visando à inclusão de 02 (dois) cargos "Auditor em Saúde" (ambos de provimento efetivo, de nível superior, com jornada de 40 horas semanais). Esse processo encontra-se em trâmite interno, conforme pode ser auferido pelo Protocolo nº.AGG-00155/25 e Projeto de Lei Complementar (ANEXO I). Tendo em vista que se identificou equívoco na Lei Ordinária nº 2.044, de 14 de março de 2008, bem como suas alterações posteriores, será solicitada sua revogação. Concomitantemente, será





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



publicada nova normativa instituindo e regulamentando o CMA. Essa segunda etapa será iniciada tão logo a alteração da estrutura organizacional seja publicada. Ressalta-se que ambos os processos envolvem a Câmara Municipal de Vereadores e, portanto, necessitamos de maior prazo para efetiva regularização.

**Análise da Justificativa:** Após análise da documentação e Anexo I, verificou-se que a resposta admite a ausência de formalização do CMA e explica que isso ocorreu por falta de conhecimento do requisito. Foram adotadas medidas como: solicitação de alteração da Lei Complementar nº 193/2021 para incluir cargos de Auditor em Saúde, revogação da Lei Ordinária nº 2.044/2008 e publicação de nova normativa para instituir e regulamentar o CMA e apresentação de protocolo e minuta de projeto de lei como evidência.

A resposta esclarece que os processos dependem da Câmara Municipal, justificando a necessidade de maior prazo para regularização, porém não foi apresentado um cronograma com prazos definidos para cada etapa (alteração da lei, criação dos cargos, regulamentação do CMA). Desta forma, foi considerado o acatamento parcial da manifestação devido evidências de ações corretivas em andamento, no entanto faltam elementos essenciais para garantir efetividade imediata (cronograma e medidas provisórias). Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade em sua totalidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** -Elaborar e apresentar um Plano de Ação com cronograma, contendo:  
Etapas legislativas (aprovação da lei, criação dos cargos) com prazos estimados para aprovação da alteração da Lei Complementar, criação dos cargos e publicação da normativa regulamentando o CMA.  
-Demonstrar Monitoramento: Informar que será feito acompanhamento mensal do andamento legislativo e das ações internas.  
- Observar as orientações do Instrutivo para implementação do Componente Municipal de Auditoria do SUS da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, disponível no Portal da Saúde MG: <https://www.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/InstrutivoImplantacao-Auditoria-do-SUS-no-municipio.pdf>  
- Instituir e formalizar o Componente Municipal de Auditoria (CMA), conforme preconiza a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, §2º, Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º e Artigo 4º, Caput e §3º; Resolução CIT N.º 1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1 'q' e 'r'; Lei Ordinária Nº 2.044 de 14/03/2008 e Manual: Auditoria do SUS Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pág. 35.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Grupo:** Sistema Nacional de Auditoria

**Constatação Nº:** 707408

**Subgrupo:** Estrutura

**Item:** Recursos Humanos/ Capacitação

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria do SUS.

**Evidência:** De acordo com o art. 3º da Lei Ordinária nº 2.132/2009 o Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Auditoria, será realizado por Equipe Multidisciplinar, composta por 02 (dois) servidores municipais, ocupantes de cargo de provimento efetivo, sendo: 01 (um) ocupante de cargo de nível superior e 01 (um) de nível médio, os quais serão designados por





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Portaria do Prefeito Municipal, instituindo uma gratificação para os componentes. Entretanto, a SMS não possui equipe multiprofissional designada para desempenhar as funções de auditoria, fato esse confirmado no termo de declaração do gestor Sr. R.H.C.C. e do gerente da regulação Sr. J.M.C.

Tal fato está em desacordo com Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º; Manual - Orientação para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS/SNA Volume 3/Brasília/DF MS/2014, pág.28; Manual SIH/Sistema de Informação Hospitalar do SUS - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2º ; Acórdão Nº 1246/2017- Plenário do Tribunal de Contas da União/TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária e Lei Ordinária Municipal n.º 2.132 de 15/06/2009.

Fonte da Evidência: - PAS municipal de Machado, 2024;

- Organograma da SMS, conforme Lei Complementar nº 193, de 13 de janeiro de 2021;

- Lei Ordinária nº 2044 de 14 de março de 2008;

- Lei Ordinária nº 2.132 de 15/06/2009;

- Declaração datada de 19/03/2025, assinada pelo gestor Sr. R.H.C.C. e o gerente da regulação Sr. J.M.C.O.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezados Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para... Inicialmente, cumpre esclarecer que por falta de conhecimento desse requisito, o CMA - Componente Municipal de Auditoria não está devidamente formalizado e, conseqüentemente, sem equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria no SUS. Contudo, considerando as informações do Relatório Preliminar, estão sendo tomadas medidas necessárias à adequação. Para tanto, foi solicitada a alteração da Lei Complementar nº 193, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a nova Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Machado, visando à inclusão de 02 (dois) cargos "Auditor em Saúde" (ambos de provimento efetivo, de nível superior, com jornada de 40 horas semanais). Esse processo encontra-se em trâmite interno, conforme pode ser auferido pelo Protocolo nº. AGG00155/25 e Projeto de Lei Complementar (ANEXO I). Tendo em vista que se identificou equívoco na Lei Ordinária nº 2.044, de 14 de março de 2008, bem como suas alterações posteriores, será solicitada sua revogação. Concomitantemente, será publicada nova normativa instituindo e regulamentando o CMA. Essa segunda etapa será iniciada tão logo a alteração da estrutura organizacional seja publicada. Ressalta-se que ambos os processos envolvem a Câmara Municipal de Vereadores e, portanto, necessitamos de maior prazo para efetiva regularização.

Análise da Justificativa: Inicialmente, a SMS informa que por falta de conhecimento do requisito normativo, o CMA - Componente Municipal de Auditoria não se encontra devidamente formalizado e, conseqüentemente, sem equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria no SUS e que foi solicitada a alteração da Lei Complementar nº 193, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a nova Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Machado, visando à inclusão de dois cargos de "Auditor em Saúde" (ambos de provimento efetivo, nível superior, jornada de 40 horas semanais), no entanto, não foram apresentadas providências temporárias para mitigação do problema e garantia da formação da equipe de auditoria municipal e suas funções. Não há indicação de ações provisórias para iniciar as atividades de auditoria enquanto a estrutura formal não é implementada e a resposta concentra-se apenas em mudanças legais e estruturais, sem mencionar estratégias administrativas internas que poderiam antecipar parte das atividades (ex.: designação temporária de servidores). Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO

18.242.784/0001-20

**Recomendação:** Elaborar e apresentar um Plano de Ação, contemplando medidas provisórias como designação temporária de servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor equipe técnica e iniciar auditorias básicas, garantindo cumprimento mínimo das funções.

Instituir normativas internas através de publicação de portaria municipal criando grupo técnico provisório para auditoria. Realizar planejamento de capacitação inicial para os profissionais designados, e solicitar apoio da área técnica estadual, conforme estabelece o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º; Manual - Orientação para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS/SNA Volume 3/Brasília/DF MS/2014, pág.28; Manual SIH/Sistema de Informação Hospitalar do SUS - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2º; Acórdão Nº 1246/2017- Plenário do Tribunal de Contas da União/TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária e Lei Ordinária Municipal n.º 2.132 de 15/06/2009.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18.242.784/0001-20

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 707409

Subgrupo: Processo

Item: Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não realiza ações de Auditoria.

**Evidência:** De acordo com o art. 4º da Lei Ordinária nº 2.044/2008, são atribuições da Equipe Multidisciplinar da Saúde Pública do Município de Machado:

- a - aferir a preservação dos padrões estabelecidos e proceder o levantamento de dados que permitam ao SNA - Serviço Nacional de Auditoria, conhecer a qualidade, a quantidade, os custos e os gastos da atenção à saúde;
- b - avaliar a qualidade, a propriedade e efetividade dos serviços de saúde prestados à população, visando a melhoria progressiva da assistência de saúde;
- c - outras atribuições específicas fixadas por ato do Prefeito Municipal em cumprimento às normas e regulamentos que regem a prestação dos serviços de saúde.

Entretanto, não foi apresentada documentação que demonstre a atuação do CMA conforme previsão da legislação municipal (registros de ações de auditoria realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros), conforme estabelece a Resolução de Consolidação CIT nº01/2021: Implementar a auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, tomando como referência as ações previstas no Plano Municipal de Saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial e realizar auditoria assistencial da produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão.

Em relação aos recursos físicos e materiais, verificou-se que a SMS não possui espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta de computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, além de meio de transporte para execução das atividades de auditoria. Além disso, não existem registros de ações de auditoria realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do CMA no Sistema Municipal de Saúde. Tal fato está em desacordo com Decreto nº 1.651/1995, Art. 2º, Artigo 4º, § 3º, Art. 5º, III e Art. 10; Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1 `q' e `r'; Auditoria do SUS-Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4; Manual: Auditorias do SUS-Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.9.

**Fonte da Evidência:** - Lei Ordinária nº 2.132 de 15/06/2009;

- Declaração datada de 19/03/2025, assinada pelo gestor Sr. R.H.C.C. e o gerente da regulação Sr. J.M.C.O.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C., que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



intermédio de seu Secretário que subscreve serve-se do presente para ... Inicialmente, cumpre esclarecer que por falta de conhecimento desse requisito, o CMA - Componente Municipal de Auditoria não está devidamente formalizado e, consequentemente, sem equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria no SUS. Contudo, considerando as informações do Relatório Preliminar, estão sendo tomadas medidas necessárias à adequação. Para tanto, foi solicitada a alteração da Lei Complementar nº 193, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a nova Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Machado, visando à inclusão de 02 (dois) cargos "Auditor em Saúde" (ambos de provimento efetivo, de nível superior, com jornada de 40 horas semanais). Esse processo encontra-se em trâmite interno, conforme pode ser auferido pelo Protocolo nº.AGG00155/25 e Projeto de Lei Complementar (ANEXO I). Tendo em vista que se identificou equívoco na Lei Ordinária nº 2.044, de 14 de março de 2008, bem como suas alterações posteriores, será solicitada sua revogação. Concomitantemente, será publicada nova normativa instituindo e regulamentando o CMA. Essa segunda etapa será iniciada tão logo a alteração da estrutura organizacional seja publicada. Ressalta-se que ambos os processos envolvem a Câmara Municipal de Vereadores e, portanto, necessitamos de maior prazo para efetiva regularização.

**Análise da Justificativa:** A manifestação admite que não há ações de auditoria devido à ausência de formalização do CMA e falta de equipe multiprofissional, no entanto não foi apresentada comprovação documental suficiente: documentos que comprovem ações efetivas de auditoria já realizadas ou medidas provisórias para garantir a função mínima do CMA; cronograma e plano de ação e não há prazos definidos para cada etapa (aprovação legislativa, regulamentação, início das atividades). Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

**Acatamento da Justificativa:** Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** Elaborar e apresentar um Plano de Ação com cronograma, contendo: Atas ou portarias que demonstrem início das atividades, mesmo que provisórias.

Formalizar e enviar: Plano Anual de Auditoria Interna (PAA) e Relatório Anual (RAA), conforme Portaria GM/MS nº 4.644/2022.

Garantir vinculação técnica ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), conforme Decreto nº 1.651/1995, Art. 2º, Artigo 4º, § 3º, Art. 5º, III e Art. 10; Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1 `q' e `r'; Auditoria do SUS-Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4; Manual: Auditorias do SUS-Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.9.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 702630

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Documentação/Registros

**Constatação:** O município não implantou protocolos de regulação de acesso.

**Evidência:** Em análise de documentação fornecida, foi verificada a existência de um Protocolo para requisições de urgência (procedimentos com finalidade diagnóstica em laboratório clínico), que contempla algumas hipóteses diagnósticas



associadas aos exames a serem solicitados (com códigos do SIGTAP).

Este protocolo foi enviado através de um Ofício, endereçado a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, no intuito de divulgação e cumprimento pelo prestador. Não foram apresentados quaisquer outros protocolos de regulação de acesso tais como protocolos referentes as consultas especializadas, exames de imagem, agendamentos e fluxo de cirurgias eletivas, TFD, entre outros.

Em termo de entrevista com o gerente da regulação, o Sr. J.M.C.O. foi informado: "Ainda não possuímos. A princípio estão sendo elaborados protocolos para exames de alta complexidade. Depois de prontos, daremos sequência aos demais".

O município não possui protocolos de regulação do acesso que contemplem critérios clínicos de classificação de risco/priorização dos casos para acesso a consultas especializadas, exames e cirurgias. Desta forma, o município gerencia a fila de espera por procedimentos, com base na ordem de inclusão do usuário na fila, não gerenciando os casos e priorizando aqueles cujo quadro clínico e/ou patologia requeiram atendimento preferencial, contrariando a Resolução de consolidação CIT nº01/2021 que estabelece: Adotar protocolos de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais.

Não foram apresentados documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso, bem como as listas de espera para realização de procedimentos ambulatoriais e hospitalares organizadas com base na classificação de risco/prioridade prevista nos Protocolos de Regulação do Acesso. Tal fato está em desacordo com a PAS - 2024, Objetivo N.º 4, item 28, ação nº 1 e 2 aprovada pela Resolução 007/2023 de 21 de junho de 2023; Resolução CIT N.º 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, Art. 8º, §1º, inciso IV, Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, incisos II e III; Resolução SES/MG nº. 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º inciso I, Art. 11 e Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

**Fonte da Evidência:** - Protocolo para requisições de urgência (procedimentos com finalidade diagnóstica em laboratório clínico) - versão 1.1, aprovado em 30/01/2025;  
- Listas de espera /Planilha de Excel - contendo informações sobre os procedimentos ambulatoriais e hospitalares, fornecidas pelo setor de Regulação, em 15/04/2025, por e-mail;  
- Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., datada de 24/04/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

O serviço municipal de Regulação, Controle e Avaliação está finalizando a elaboração do nosso primeiro protocolo de acesso, que engloba procedimentos com finalidade diagnóstica de alta complexidade - tomografias e ressonâncias (ANEXO II). Esse protocolo está sendo analisado/complementado pelo Médico de Avaliação, Regulação e Supervisão, para posterior submissão ao Conselho Municipal de Saúde. Estima-se que, até o próximo mês, seja aprovado e divulgado na rede. Na sequência, será iniciado o protocolo de acesso para consultas médicas especializadas, que possibilitará a implantação do controle informatizado de demanda reprimida nas unidades de saúde. Com isso, o agendamento para as especialidades ofertadas no Centro de Saúde Hércules Prescildo Nanetti (Policlínica) se dará por classificação das prioridades. Almeja-se que essa funcionalidade seja implantada em janeiro/2026. Aproveito o oportuno para elucidar que a elaboração/implantação desses protocolos foi inserida como meta no Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

**Análise da Justificativa:** Em termo de entrevista com o gerente da regulação, o Sr. J.M.C.O, datado de 24/4/2025 foi informado que: "estão sendo elaborados protocolos para exames de alta complexidade. Depois de prontos, daremos sequência aos demais". O anexo II, trata-se da cópia deste protocolo, ainda sem aprovação pelo CMS. No entanto, não foram apresentados quaisquer outros protocolos de regulação de acesso tais como protocolos referentes as consultas especializadas, agendamentos e fluxo de cirurgias eletivas, TFD. Desta forma, o município permanece com o gerenciamento da fila de espera por procedimentos, com base na ordem de inclusão do usuário na fila, sem a devida priorização daquele cujo quadro clínico e/ou patologia requeiram





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



atendimento preferencial, contrariando a Resolução de consolidação CIT nº01/2021 que estabelece: Adotar protocolos de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais. Não foi disponibilizado plano de ação quanto a alegação de que "será iniciado o protocolo de acesso para consultas médicas especializadas, que possibilitará a implantação do controle informatizado de demanda reprimida nas unidades de saúde" e nem a cópia do Plano Municipal de Saúde 2026-2029, para comprovação d a "elaboração/implantação desses protocolos inserida como meta". A justificativa menciona previsão de implantação, mas não apresenta cronograma formal com etapas e responsáveis.

Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade em sua totalidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** -Elaborar e aprovar protocolos de regulação de acesso para: Consultas especializadas; Exames diagnósticos; Procedimentos cirúrgicos. Esses protocolos devem conter critérios clínicos de classificação de risco, fluxos de referência e contrarreferência, conforme Resolução CIT nº 01/2021, Anexo III, Item 4.1, f.

-Publicar os protocolos e divulgar na rede municipal, garantindo acesso aos profissionais e usuários.

-Capacitar as equipes do Serviço de Regulação, Controle e Avaliação (SCRA) e das unidades de saúde para aplicação dos protocolos.

-Implantar sistema informatizado para gestão da fila com base em classificação de risco, evitando ordenação apenas cronológica.

-Organizar listas de espera para consultas, exames e cirurgias conforme critérios de prioridade definidos nos protocolos.

-Estabelecer cronograma formal com etapas, prazos e responsáveis, incluindo: aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, publicação oficial, capacitação e implantação do sistema informatizado.

-Monitorar e avaliar periodicamente a aplicação dos protocolos, conforme estabelece a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, Art. 8º, §1º, inciso IV, Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, incisos II e III; Resolução SES/MG nº. 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º inciso I, Art. 11 e Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde - Secretarias de Saúde, pag.78, Item de Controle MAC 4.6.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 702792

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do Município (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Policlínicas, laboratórios etc.) em relação a assuntos específicos do SCRA, como por exemplo: organização, atribuições e ações específicas do SCRA; fluxo de acesso a consultas especializadas, exames,



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



cirurgias eletivas (ambulatoriais e hospitalares); rede de Urgência e Emergência; processo de solicitação e encaminhamento de TFD; atualização e implantação de Protocolos de regulação, etc. Também não foram apresentados documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: cronogramas, materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros, dentro do período auditado. Foram apresentadas cópias (prints) de telas exibindo um grupo de WhatsApp - onde são inseridas informações e comunicações de alterações de rotinas referentes ao SRCA.

Foi informado através de declaração datada de 12/03/2025 que a SMS / SCRA não promoveu capacitações permanentes relativas a assuntos específicos do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA), formalmente registradas e assinadas no ano de 2024 até a presente data.

Tal fato está em desacordo com a PAS - 2024, Objetivo N.º 4, item 28, ação nº 1 e 2; Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

**Fonte da Evidência:** - Declaração da SMS/gestor Sr. R.H.C.C., e gerente de regulação o Sr. J.M.C.O., datada de 12/03/2025;  
- Prints do WhatsApp institucional, enviados pela SMS de Machado datados de 22/10, 1/11, 25/11, 17/12/2024 e outros sem datas, de comunicações e avisos referentes à rotina.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Conforme apurado, em 2024, tanto as equipes das unidades de saúde, quanto a equipe de Regulação, Controle e Avaliação não foram capacitadas de forma permanente. No exercício anterior, a última capacitação se deu em 05 de junho (ANEXO III). Todavia, esse cenário já mudou. Em 11 de abril de 2025, no auditório da Prefeitura, foi realizada reunião com representantes de todas as Unidades de Saúde (recepcionistas, enfermeiras e agentes comunitárias) visando capacitação das recepções. Foram abordados os assuntos, a saber: atribuições da equipe de Regulação, Controle e Avaliação; distribuição das atividades no setor; dificuldades encontradas e orientações gerais; procedimentos de alto custo; e sanções. No ANEXO IV constam a lista de presença e o arquivo da apresentação. Complementarmente, em 16 de outubro de 2025, no auditório da Prefeitura, aconteceu nova capacitação com representantes de todas as Unidades de Saúde (recepcionistas, enfermeiras e agentes comunitárias), acerca da nova agenda de exames de rotina. Foram abordados os tópicos, a saber: alterações nas regras para autorização para exames de rotina; solicitação de procedimento de serviço - tipo de serviço: diagnóstico em laboratório clínico; agendamento da solicitação de procedimento de serviço com impressão da guia de autorização; cancelamento de um agendamento; e relatório de pacientes agendados. O ANEXO V contém a lista de presença e o arquivo da apresentação.

A próxima capacitação está programada para 10 de dezembro de 2025, no auditório da Prefeitura, com representantes de todas as Unidades de Saúde (recepcionistas, enfermeiras e agentes comunitárias) para tratar da nova agenda de exames especializados (radiografias e ultrassonografias). Em razão das alterações que estão sendo aplicadas no sistema, o serviço municipal de Regulação, Controle e Avaliação irá programar capacitações mais frequentes nos próximos meses. Posteriormente, irá elaborar cronograma semestral para capacitação permanente.

**Análise da Justificativa:** Em análise da manifestação e documentação apresentadas, verificou-se que o anexo III, refere-se a um período anterior ao período de abrangência desta auditoria. Os anexos IV, constam da apresentação que contempla informações referentes ao fluxo e atendimento de atividades da recepção, formulários, procedimentos de alto custo (APAC), solicitação de exames através do sistema interno, exames laboratoriais e de rotina e controle de faltas e a lista de presença dos representantes das unidades de saúde, no entanto, não estão especificadas os cargos/funções para identificação do profissional. Os anexos V, contempla sobre as autorizações dos exames de rotina e solicitação de exames laboratoriais juntamente com a lista de presença de profissionais das unidades de saúde e do setor de regulação, no porém, não estão especificadas os cargos/funções para identificação do profissional. Não foram apresentados cronogramas para capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido pelo SCRA para as equipes das unidades de saúde do Município (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Policlínicas, laboratórios etc.)

Também não foi apresentado plano de trabalho/cronograma que contemple as orientações sobre a





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



organização, atribuições e ações específicas do SCRA; fluxo de acesso a consultas especializadas, exames, cirurgias eletivas (ambulatoriais e hospitalares); rede de Urgência e Emergência; processo de solicitação e encaminhamento de TFD; atualização e implantação de Protocolos de regulação. Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade em sua totalidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** -Elaborar um Plano de Educação Permanente para o SCRA e equipes das unidades de saúde, contemplando:

- Objetivos claros (qualificação contínua para regulação e acesso); Organização e atribuições do SCRA; Fluxos de acesso a consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas;
- Protocolos de regulação e classificação de risco, Rede de Urgência e Emergência e Procedimentos de TFD (Tratamento Fora do Domicílio); Atualizações normativas e sistemas informatizados.
- Definir cronograma semestral ou anual, com periodicidade mínima trimestral, garantindo: Capacitação teórica e prática; Inclusão de todos os níveis: recepção, enfermagem, médicos reguladores, equipe administrativa.
- Formalizar as capacitações: Publicar portarias ou instruções normativas; Registrar lista de presença, conteúdos abordados e materiais utilizados; Disponibilizar relatórios de avaliação das capacitações e Apresentar resultados em relatórios anuais ao Conselho Municipal de Saúde, conforme preconiza a Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Grupo: Regulação Constatação Nº: 702793

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

**Evidência:** Não foram apresentados cronogramas de capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente desenvolvido para as equipes do SCRA, abordando temas como, por exemplo, atribuições de cada membro da equipe, protocolos de regulação, conceitos, funcionamento e atividades do SCRA. Também não foram apresentados documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: materiais didáticos, listas de presença, certificados, entre outros, referentes ao período auditado.

Foi informado através de declaração datada de 12/03/2025 que a SMS / SCRA não promoveu capacitações permanentes relativas a assuntos específicos do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA), formalmente registradas e assinadas no ano de 2024 até a presente data.

Foram apresentadas cópias (prints) de telas exibindo um grupo de WhatsApp - onde são inseridas informações e comunicações de alterações de rotinas referentes ao SRCA. Tal fato está em desacordo com a PAS - 2024, Objetivo N.º 4, item 28, ação nº 1 e 2; Resumo PAS 2024 - Digsus - OBJETIVO Nº 2.2 - Ampliar e qualificar a regulação em saúde e os sistemas de apoio e logísticos das Redes de Atenção à Saúde, 2.2.2 Implementar protocolo de Normas e Procedimentos da Regulação; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

**Fonte da Evidência:** - Declaração da SMS/gestor Sr. R.H.C.C., datada de 12/03/2025.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Prints WhatsApp institucional, enviados pela SMS de Machado datados de 22/10, 1/11, 25/11, 17/12/2024 e sem datas, de comunicações e avisos referentes a rotina.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Conforme apurado, em 2024, tanto as equipes das unidades de saúde, quanto a equipe de Regulação, Controle e Avaliação não foram capacitadas de forma permanente. No exercício anterior, a última capacitação se deu em 05 de junho (ANEXO III). Todavia, esse cenário já mudou. Em 11 de abril de 2025, no auditório da Prefeitura, foi realizada reunião com representantes de todas as Unidades de Saúde (recepcionistas, enfermeiras e agentes comunitárias) visando capacitação das recepções. Foram abordados os assuntos, a saber: atribuições da equipe de Regulação, Controle e Avaliação; distribuição das atividades no setor; dificuldades encontradas e orientações gerais; procedimentos de alto custo; e sanções. No ANEXO IV constam a lista de presença e o arquivo da apresentação. Complementarmente, em 16 de outubro de 2025, no auditório da Prefeitura, aconteceu nova capacitação com representantes de todas as Unidades de Saúde (recepcionistas, enfermeiras e agentes comunitárias), acerca da nova agenda de exames de rotina. Foram abordados os tópicos, a saber: alterações nas regras para autorização para exames de rotina; solicitação de procedimento de serviço - tipo de serviço: diagnóstico em laboratório clínico; agendamento da solicitação de procedimento de serviço com impressão da guia de autorização; cancelamento de um agendamento; e relatório de pacientes agendados. O ANEXO V contém a lista de presença e o arquivo da apresentação.

A próxima capacitação está programada para 10 de dezembro de 2025, no auditório da Prefeitura, com representantes de todas as Unidades de Saúde (recepcionistas, enfermeiras e agentes comunitárias) para tratar da nova agenda de exames especializados (radiografias e ultrassonografias). Em razão das alterações que estão sendo aplicadas no sistema, o serviço municipal de Regulação, Controle e Avaliação irá programar capacitações mais frequentes nos próximos meses. Posteriormente, irá elaborar cronograma semestral para capacitação permanente.

**Análise da Justificativa:** Em análise da manifestação e documentação apresentadas, verificou-se que o anexo III, refere-se a um período anterior ao período de abrangência desta auditoria. Os anexos IV não se referem as equipes de Regulação, Controle e Avaliação. Os anexos V, contemplam sobre as autorizações dos exames de rotina e solicitação de exames laboratoriais juntamente com a lista de presença de profissionais das unidades de saúde e do setor de regulação, datada de 16/10/2025, sendo que dos cinco servidores listados, somente três assinaram. Esta listagem não contém as informações de cargo/função para identificação dos servidores. Não foram apresentados cronogramas para capacitações regulares, que indiquem a existência de um planejamento de ações de educação permanente para os servidores do SCRA. Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade em sua totalidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** -Elaborar Plano Anual de Educação Permanente para SCRA, conforme diretrizes da PNEPS, incluindo: diagnóstico das necessidades de capacitação, cronograma com periodicidade mínima semestral abordando temas de regulação assistencial, controle, auditoria, sistemas de informação.

-Realizar a Formalização e Registros através de atas e listas de presença completas, com: nome, cargo/função, assinatura e data; registros fotográficos ou eletrônicos das capacitações.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Disponibilizar relatórios periódicos à gestão e ao controle interno.

-Garantir Participação Integral, prevendo incentivos ou mecanismos de responsabilização para adesão.

- Alinhar o plano às diretrizes da Política Nacional de Regulação e da Educação Permanente, garantindo: regionalização das ações, uso de metodologias ativas (aprendizagem significativa), considerando o preconizado na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V e na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), regulamentada pela Portaria nº 198/GM/MS (2004) e atualizada pela Portaria nº 278/2014, que define que a capacitação deve ser contínua e integrada ao processo de trabalho, com planejamento regionalizado e cronogramas regulares para qualificação dos servidores

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18.242.784/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 702825

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS executa parcialmente o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: A descrição da evidência esta no ANEXO 1, referente a esta constatação, devido ao excedente de caracteres permitidos no sistema.

Tal fato está em desacordo com Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1., "j"; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II r Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: - Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) referentes ao período de abrangência (novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025), Sistema Vivver.  
- Agendas/Planilhas de marcação de procedimentos hospitalares disponíveis no seu território do período de abrangência (novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025);  
- Listas de espera (municípios no próprio território) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares, fornecidas por e-mail em 15/04/2025;  
- Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., datada de 24/04/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezados Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Para implantação do controle informatizado para a demanda reprimida de consultas, exames e demais procedimentos, que será no sistema Vivver, é imprescindível que os respectivos protocolos de acesso sejam devidamente divulgados, haja vista que os critérios de prioridade definidos serão configurados no sistema para ordenação das filas de espera. Aproveito o oportuno para elucidar que a implantação do controle de demanda reprimida foi inserida como meta no Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

Análise da Justificativa: A SMS argumenta que a implantação do controle informatizado da demanda reprimida será feita no sistema Vivver. Para isso, é necessário divulgar protocolos de acesso, pois os critérios de prioridade serão configurados no sistema e que a implantação foi inserida como meta no Plano Municipal de Saúde 2026-2029. No entanto, não foram apresentados documentos que comprovem ações em andamento, cronograma, ou plano de ação para implantação do sistema ou protocolos. Apesar da meta prevista para o próximo ciclo de planejamento no Plano Municipal de Saúde (2026-2029), este não foi apresentado. A justificativa não aborda propostas/plano de trabalho para os problemas estruturais identificados como: falta de protocolos de



regulação, listas de espera desatualizadas com registros antigos (2016 a 2025) sem previsão de agendamento; ausência de controle sobre execução dos procedimentos agendados (não há confirmação de presença ou status executado) e da priorização feita pelo médico solicitante sem validação técnica pelo regulador, contrariando diretrizes de regulação. Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Recomendação: - Elaborar e publicar protocolos de acesso para consultas especializadas e exames, contendo: critérios clínicos de prioridade (urgência, gravidade, risco), fluxos de encaminhamento e autorização e responsabilidade do médico regulador na validação da prioridade, baseando-se nas diretrizes da Política Nacional de Regulação e protocolos clínicos nacionais, conforme preconiza a Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1., "j" e Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II r Art. 10, §3º, Inciso II.

- Integrar o sistema utilizado pela instituição (Vivver) à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), conforme Portaria GM/MS nº 6.656/2025 Art. 2º, garantindo registros como: situação do agendamento (executado, cancelado, desistência) e comprovação de presença do paciente contendo data e hora da execução.

- Realizar a gestão da Demanda Reprimida através de revisão e atualização de todas as listas de espera, eliminando registros obsoletos e inserindo dados de contato atualizados, incluindo a situação da demanda (agendado, realizado, desistência).

- Estabelecer obrigatoriedade de envio de dados de regulação à RNDS, padronização das filas e integração com sistemas nacionais (SISREG, e-SUS Regulação), visando transparência e redução do tempo de espera.

-Tornar obrigatória a validação das prioridades pelo médico regulador, conforme preconiza a Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.6º e art.9º inciso III.

Grupo: Regulação Constatação Nº: 702829

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla parcialmente a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios.

Evidência: A Secretaria Municipal de Saúde controla parcialmente a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios. Evidência: Quanto aos agendamentos de procedimentos e consultas especializadas referenciadas para outros municípios, nos meses da amostragem (novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025), a documentação disponibilizada foi relacionada ao município executante de Alfenas, tendo como prestadores: ambulatório UNACON (oncologia), Santa Casa de Alfenas, UNIFAL, HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALZIRA VELANO, LAB ALFENAS SANTA CASA FLAMARION.

Deste encaminhamento a SMS de Machado apresentou documentação (Planilhas/agendamento) do serviço de ONCOLOGIA/Ambulatório UNACON de Alfenas, constando o CBO da especialidade, a data do agendamento, hora, nº da solicitação, nº do prontuário, nome do usuário, sexo, data de nascimento, município de residência, município de residência e situação: recepcionado, mas não consta se os procedimentos foram executados.

A SMS de Machado apresentou também planilhas com agendamento para consultas de especialidades, disponibilizado pela SMS de Alfenas, contendo tipo de especialidade, procedimento, executor, data e horário, no entanto não consta a situação (executado) e assinatura do usuário.

Em termo de Entrevista com o Sr. J.M.C.O., gerente de Regulação e Serviços Assistenciais, foi informado que a realização





da referência dos municípios se dá pela confirmação do atendimento para posterior pagamento, mas sem apresentar documentação que demonstre um fluxo padronizado de acompanhamento da execução desses procedimentos.

Os municípios de Machado também são referenciados para os Consórcios (CISLAGOS e CISMARPA) pela Central de Marcação de Consultas, Exames e Procedimentos da Secretaria de Saúde de Machado com emissão de guia de agendamento, que é entregue ao paciente com as demais orientações sobre o atendimento. Não possuem a contra-referência.

Foi informado que, quanto aos agendamentos realizados pelos consórcios, o CISLAGOS envia para SMS de Machado, o relatório demonstrativo dos agendamentos (listando todos os usuários por procedimento agendado), mas não há informação sobre efetiva presença ou falta. O CISMARPA não envia mensalmente, devendo ser solicitados ao setor administrativo do consórcio, quando necessário.

Desta forma, observa-se que existe um sistema de agendamento das consultas especializadas e exames demandados a outro município, no entanto, os relatórios apresentados são voltados a produção e faturamento, não havendo a comprovação de execução por parte do paciente. Além disso não foi apresentado documentação que comprove um controle e acompanhamento, por parte da SMS Machado, em relação aos atendimentos de seus municípios realizados em outros municípios (contra referência) estando em desacordo a Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1. g; Portaria de Consolidação N.º 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

**Fonte da Evidência:**

- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais/ consultas especializadas pela SMS de Alfenas, período de abrangência: novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025;
- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais/exames/ executor UNIFAL, período de abrangência: novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025;
- Demonstrativo de agendamento do consorcio CISLAGOS, referente aos meses de novembro e dezembro de 2024;
- Relatórios/registros do SUSFácil contendo a listagem de usuários/ procedimentos eletivos inseridos pela SMS para realização em outros municípios. Extração de informações do SUSFácil [http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen\\_acesso.php?ini=1](http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen_acesso.php?ini=1)
- Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., datada de 24/04/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação: Prezados Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

O serviço municipal de Regulação, Controle e Avaliação vem estudando alternativas para implementar o controle integral dos cidadãos machadenses atendidos em outros municípios. Todavia, o maior óbice está na ausência da confirmação da presença dos usuários no atendimento agendado, uma vez que nem todos utilizam o transporte ofertado para tratamento fora do município. Diante do exposto e, se possível, gostaríamos que fossem compartilhadas experiências exitosas de outros municípios auditados.

**Análise da Justificativa:** A SMS afirma que estuda alternativas para implementar controle integral dos cidadãos atendidos em outros municípios e que tem como principal dificuldade a ausência de confirmação da presença dos usuários nos atendimentos agendados, pois nem todos utilizam transporte municipal, solicitando ainda compartilhamento de experiências exitosas, porém não apresentou plano de ação, cronograma ou medidas concretas para corrigir a falha.

Não propõe solução para ausência de contrarreferência, que é obrigatória para continuidade do cuidado e não aborda mecanismos de rastreabilidade (comprovação de execução, integração de dados) e ou demonstra articulação com consórcios e municípios de referência para padronização do fluxo. Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** Executar um Plano de Ação Imediato, contendo o cronograma para implantação do protocolo, capacitação da equipe de regulação e possíveis indicadores (percentual de contrarreferências recebidas, taxa de execução confirmada);

- Implantar Fluxo Padronizado de Referência e Contrarreferência, através da elaboração de protocolo que defina as responsabilidades da SMS e dos prestadores e o prazo para envio da contrarreferência após atendimento, com registro obrigatório da situação do procedimento (executado, não realizado, motivo).
- Integrar dados de referência e execução ao sistema utilizado pela instituição (Vivver) à RNDS, conforme Portaria GM/MS nº 6.656/2025.
- Garantir que os relatórios contenham a data do atendimento, comprovação de presença (assinatura digital ou registro eletrônico) e resultado do procedimento.
- Formalizar pactos com os consórcios e municípios executantes para envio mensal de relatórios com status dos atendimentos e padronização das informações (nome, procedimento, situação, data), conforme preconiza a Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1. g; Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 703084

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde garante parcialmente o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

**Evidência:** Em análise do relatório de PPI ambulatorial Destino/Origem, verificou-se a cota anual para atendimento/procedimentos ambulatoriais de média complexidade para os municípios referenciados: Alfenas (90), Alterosa (3), Areado (4), Bandeira do Sul (27), Botelhos (16) Campestre (30), Campo do Meio (16), Campos Gerais (26), Carvalhópolis (6.397), Conceição da Aparecida (11), Divisa Nova (8), Fama (2), Paraguaçu (24), Poço Fundo (40), Serrania (145). Verificou-se que o Relatório de Procedimentos por município de origem - Detalhado, contém as informações de agendamento, com nº do CBO da especialidade, profissional, data do agendamento, município, usuário, valor do procedimento e quantidade, apresentando o fechamento de quantitativo por atendimento do profissional, no entanto, não consta o registro da situação (presença) ou recepcionado. Em análise destes relatórios, referentes a consultas médicas especializadas, verificou-se a ocorrência de atendimento a outros municípios não referenciados/pactuados pela PPI.: Albertina, Arceburgo, Borda da Mata, Bueno Brandão, Cabo Verde, Campanha, Campos Gerais, Conceição dos Ouros, Guaxupé, Juruaia, Lambari, Monte Belo, Muzambinho, Natércia, São João da Mata, Turvolândia. Não foi apresentado relatório sintético de produção mensal/anual por procedimento, com a compilação dos dados e somatória para cada município atendido. Quanto as cirurgias eletivas/procedimentos hospitalares, verificou-se em análise do Relatório de Internações Realizadas por Procedimento, extraído do SUSFácil e disponibilizado pela SMS de Machado (mês de novembro de 2024), a execução de cirurgias eletivas, incluindo o Opera Mais e Valora Minas Gerais, diversificando a PPI e superando as cotas anteriormente estabelecidas. Em análise dos Relatórios de produção extraídos do Tabwin (procedimento x município de origem x município de atendimento), ano de 2024, verificou-se disparidade entre a pactuação (PPI) e produção lançada (Tabwin) para os municípios: Carvalhópolis (PPI 298 x 130 Tabwin), Poço Fundo (PPI 23 x 65 Tabwin), Serrania (PPI 135 x 65 Tabwin).





Para os Relatórios de produção extraídos do Tabwin, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2025, (2/12 avos do atendimento destes municípios), frente ao quantitativo anual da PPI, observou-se que os quantitativos foram inferiores, não cumprindo com o pactuado.

Através de e-mail enviado em 09/05/2025, o gerente de Regulação e Controle de serviços Assistenciais informou que "em meados de 2024, individualizaram toda a produção dos estabelecimentos próprios (BPA-I). Até então, a produção era registrada apenas por BPA-C, que não identifica o município de origem. Portanto, a quantidade apresentada nesses relatórios não reflete o atendimento real".

Não foi apresentado relatório sintético da produção x pactuação destes municípios, dentro do período da amostragem analisada. Não foram apresentados também os relatórios Tabwin (procedimento x município de origem x município de atendimento) referentes ao ano de 2024 e janeiro e fevereiro de 2025, dos demais municípios pactuados. Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde Machado apresenta atendimentos à população referenciada por outros municípios, entretanto não apresentou documentação que demonstre controle desses atendimentos e que o acesso a estes seja referenciado de acordo com a PPI. Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e Portaria de Consolidação nº 1 de 28/09/2017, Título I, art.3º.

**Fonte da Evidência:** - Agendamento de usuários dos municípios referenciados, referente ao período da amostragem analisada (novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025);  
- Relatório PPI ambulatorial Destino/Origem de municípios que referenciam para a SMS e cota anual, datado de 09/04/2024.  
- Relatório PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO SUS - MINAS GERAIS - POR LOCAL DE ATENDIMENTO- Aprovados, extraído em 19/02/2025 (período de nov/dez 2024);  
- Relatórios de produção extraídos do Tabwin (procedimento x município de origem x município de atendimento), 2024 e janeiro/fevereiro de 2025, dos municípios de Carvalhópolis, Poço Fundo e Serrania;  
- E-mail datado de 09/05/2025 - Relatórios Tabwin SMS Machado, enviado por SMS de Machado, nominal gestor R.H.C.C e gerente da Regulação J.M.C.O.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação:

Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Dos atendimentos ambulatoriais pactuados em Machado, as consultas médicas são ofertadas no Centro de Saúde Hércules Prescildo Nanetti (Policlínica), que em meados de 2024 teve o registro de sua produção alterado para Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I), como consta no relatório.

Ademais, embora constasse exigência em contrato, os prestadores de serviços ambulatoriais do território apresentavam sua produção de forma consolidada. Entretanto, ambos foram notificados que deverão se adequar para individualizar os registros, impreterivelmente, até a competência janeiro/2026. Diante disso, em 2026 toda a produção ambulatorial será apresentada no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA-SUS) de forma individualizada, corroborando que a Secretaria de Saúde de Machado garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI - Programação Pactuada e Integrada. Salienta-se que os municípios que possuem pacto para atendimento em Machado estão aptos para agendar seus procedimentos, via link do sistema Vivver disponibilizado. Cabe ao município de origem buscar essas vagas no sistema e transportar os usuários para atendimento. A Secretaria de Saúde de Machado esclarece que não há registro de negativas dos municípios referenciados referentes à PPI. Inclusive, a Superintendência Regional de Saúde de Alfenas tem ciência que temos atendidos outros municípios, no âmbito das cirurgias eletivas, em decorrência da baixa adesão daqueles que compõem a micro Alfenas/Machado.

**Análise da Justificativa:** A SMS argumenta que alterou o registro da produção para BPA-I em meados de 2024, que municípios pactuados têm acesso ao agendamento via sistema Vivver, que não há registro de negativas de acesso e que notificou prestadores para individualizar os registros até janeiro/2026. No entanto, não apresentou documentação comprobatória de providencias como um plano de ação imediato para corrigir a falta de controle



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



e relatórios sintéticos, análise das disparidades entre pactuação (PPI) e produção real e não aborda a ausência de relatórios consolidados mensais/anual exigidos para gestão da PPI e dos municípios notificados/notificações que informa terem sido realizadas para adequação e individualização dos registros, até a competência janeiro/2026. Diante do exposto, considera-se que não foram apresentadas documentação e justificativas suficientes para afastar ou corrigir a não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** - Implantar Controle Efetivo da PPI, podendo ser através da elaboração de relatório sintético mensal e anual contendo informações da produção por município x pactuação, situação do atendimento (executado, não realizado) e indicadores de cumprimento da PPI.

- Garantir que o sistema utilizado (Vivver) registre o status do procedimento (executado, cancelado) e a comprovação de presença do paciente.
- Revisar pactuações e ajustar fluxos para evitar atendimentos fora da PPI sem justificativa formal e ou a superação ou descumprimento das cotas pactuadas.
- Apresentar plano contendo cronograma para implantação dos relatórios sintéticos, capacitação da equipe para gestão da PPI e proposta de Indicadores (percentual de cumprimento da pactuação, taxa de execução confirmada), seguindo o preconizado na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V e Portaria de Consolidação nº 1 de 28/09/2017, Título I, art.3º e Portaria GM/MS nº 6.656/2025.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 702936

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

**Evidência:** Após análise de documentação disponibilizada na fase analítica desta auditoria, verificou-se que a SMS de Machado participa da elaboração e revisão da PPI, através do Relatório de Remanejamento apresentado, extraído do GERASUS, Tipo Remanejamento: Ordinário e Intervalo: 01/01/2023 A 31/12/2024.

Alguns atendimentos e exames que estavam anteriormente pactuados com o município de Alfenas, devido ao não cumprimento do pacto pela referência, foi remanejado para Machado.

Em Termo de Entrevista com o Gerente de Regulação e Controle de Serviços Assistenciais, Sr. J. M. C. O., foi informado: " Em fevereiro/2024 foi realizada análise da PPI de Machado alocada em outros municípios, sendo solicitado remanejamento de procedimentos não ofertados para o nosso teto. Esse remanejamento foi efetivado nas competências seguintes. Em janeiro, março e maio/2024 foram efetivados remanejamentos de AIHs de outros municípios para Machado. Por fim, em novembro/2024 o município Conceição do Rio Verde solicitou remoção do pacto (apenas AIHs). Para tanto, realizei todas as etapas, com acompanhamento e alimentação do GeraSUS ".

Foram apresentadas também as Atas de Reunião Ordinária da CIB Micro Alfenas/Machado e Micro Guaxupé de n.194, de 28 de fevereiro de 2024 e n.195, de 03 de abril de 2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X; Manual Técnico



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022. Disponível em <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/repositorio-remanejamento>.

**Fonte da Evidência:**

- Atas de Reunião Ordinária da CIB Micro Alfenas/Machado e Micro Guaxupé de n.194, de 28 de fevereiro de 2024 e n.195, de 03 de abril de 2024.
- Atas de reunião de CIB em 21/11/2024, 28/01/2025 e 24/02/2025.
- Relatório de remanejamento da PPI do município extraídos do GERASUS - Intervalo: 01/01/2023 a 31/12/2024;
- Ofício SMS nº017/2024 datado de 02/02/2024, remanejamento de PPI;
- Ofício SMS nº022/2024, Remanejamento PPI, datado de 07/02/2024;
- Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., datada de 24/04/2025.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 702937

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** A SMS cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS em relação ao(s) profissional(is) autorizador(es) de AIH.

**Evidência:** O profissional autorizador de AIH, Dr. R.L.C. (CRM-MG \*\*\*147), foi designado pelo gestor municipal por meio da Portaria N. 076 de 04/03/2024 e tem formação de nível superior na área de saúde em medicina, está vinculado ao gestor e cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS, vínculo de cargo comissionado. Está cadastrado no CNES 6402372 da Central de Regulação do Acesso com data da última atualização em dezembro de 2024, CNS 700203441460823, CBO 225125- médico clínico, cargo comissionado de 10 horas semanais, extraído em 18/02/2025.

Não foi apresentado o contrato de trabalho com o médico autorizador.

Foi apresentada a documentação: Cartão Nacional do SUS, certificado de graduação em medicina na UNIFENAS, inclusão no SUSFácil e Portaria de Designação.

Na análise dos espelhos de AIH do Hospital Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado (CNES 2796392) na competência dos meses novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, constatou-se que o número do Cartão Nacional de Saúde-CNS (\*\*\*203441460\*\*\*) corresponde ao da referido médico (Dr. R.L.C.), ficando evidenciado que o mesmo atua como autorizador de AIH da Secretaria Municipal de Saúde de Machado.

Foi identificado também que o médico está cadastrado no CNES 2796392, CNPJ 22228571000110, da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, com vínculo autônomo - pessoa jurídica, como médico clínico, cumprindo carga horária semanal hospitalar de 12 horas.

Foi verificado que a jornada está vinculada a plantão no setor de UTI, não ocorrendo solicitação de internação pelo médico. Em Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., foi informado que o profissional médico "realiza as autorizações de AIHs da Santa Casa de Machado, e APACs. Quanto ao CNES de cadastro profissional, o médico R. L. C, faz parte do corpo clínico da Santa Casa de Machado.

Perguntado como são feitas as autorizações de internações/solicitações feitas por este médico responde "que o profissional não atua no Pronto Socorro e, portanto, não procede com a interação de pacientes. Já realizou plantões na UTI do referido estabelecimento".

Conforme informação do médico R. L. C, atualmente não realiza essas atividades".

Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan./2017 - Itens 4.3 e 4.5- Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º).

**Fonte da Evidência:** Print site CFM - Registro do Dr.R.L.C., no CRM/MG nº. \*\*\*147, acessado em 17/03/2025, <https://portal.cfm.org.br/busca-medicos>;

Diploma de Médico do Dr. R.L.C., Centro Universitário José do Rosario Vellano - Campus Alfenas, datado de 03/12/2019 e registro em 04/02/2020.

Ofício SMS nº 058/2024, solicitação de criação login SUSFácil;

Portaria de designação N. 076 de 04/03/2024;

Relatório CNES 6402372 da CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO, extraído em 18/02/2025.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Relatório CNES de Vínculos profissional, médico R.L.C.; CNS (\*\*203441460\*\*) extraído em 18/03/2025 , <https://cnes.datasus.gov.br/pages/profissionais/consulta.jsp>;

Espelhos de AIH dos três meses de competências definidos na abrangência (novembro e dezembro de 2024 e janeiro de 2025);

Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., datada de 24/04/2025.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 702433

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: Existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC, para a realização do procedimentos de cirurgia de catarata.

Evidência: Foi apresentado pela SMS de Machado a Portaria Nº 076, de 04 de Março de 2024, que dispõe sobre nomeação do Médico R. L. C. Registro no CRM:\*\*\*47-MG para exercer o cargo de Médico de Avaliação, Supervisão e Regulação, junto à Secretaria Municipal de Saúde, e Documento SMS Lista de Autorizadores (AUTORIZADOR DE AIH/APAC), contendo Nome do profissional R.L.C., Registro no CRM, vínculo com o município Cargo comissionado Médico de Avaliação, Supervisão e Regulação - Estabelecimento Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, CNES 2796392. Apresentado também os seguintes documentos: Ofício SMS nº 058/2024 de 05/03/2024 SMS Cadastro do autorizador no SUSFácil, solicitando a criação de login para acesso ao SUSFácilMG, com funcionalidades de médico autorizador dos laudos para autorização de internação de cirurgias eletivas para o médico R.L.C.; Documento Termo de Confidencialidade Liberação de Acesso SUSFácilMG, cargo/função Médico de Avaliação, Supervisão e Avaliação; Relação de cirurgias Eletivas do SUSFácil; Cartão Nacional de Saúde-CN, Diploma de graduação; e Documento que demonstra o vínculo do Autorizados de AIH com a SMS (Termo de Compromisso e Posse), datado de 05/03/2024, nomeado para exercer o cargo de médico de Avaliação, Supervisão e Regulação. Em análise ao Relatório da Síntese de Produção de APAC da competência de novembro/2024, verificou-se que o município realizou procedimentos com a emissão de APAC para cirurgia de catarata na Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado-MG, constando Registro do profissional Médico R. L. C. CRM:\*\*\*47-MG, como profissional autorizador no Relatório de APACs de 11/2024 de cirurgias de Catarata (Facoemulsificação com implante). Foi informado pelo Secretário de Saúde que o Autorizador Sr. R.L.C. (Médico de Avaliação, Supervisão e Regulação), realiza as autorizações de AIHs na Santa Casa de Machado, e APACs. Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º. Tal fato está de acordo com a Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/ SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: Portaria Nº 076, de 04 de Março de 2024.

Documento SMS Lista de Autorizadores (AUTORIZADOR DE AIH/APAC).

Ofício SMS nº 058/2024 de 05/03/2024.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE LIBERAÇÃO DE ACESSO SUSFácilMG.

Relação de cirurgias Eletivas do SUSFácil.

Cartão Nacional de Saúde - CN, Diploma de graduação.

Documento que demonstra o vínculo do Autorizados de AIH COM A SMS (Termo de Compromisso e Posse), datado de 05/03/2024.

Relatório Síntese de Produção de APAC da competência de novembro/2024.

Termo de Entrevista do Secretário de Saúde R.H.C.C., de 25/04/2025.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 702434

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Contratualização





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não foi devidamente formalizada.

**Evidência:** O município de Machado possui o Termo de Contratualização nº 019/2023 firmado com a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado de Machado, possui vigência de 12 meses, a contar da sua assinatura 01/01/2023. A cláusula segunda, III - Das obrigações da SMS, letras b e d, prevê as obrigações da SMS quanto a CAC, porém não há previsão de existência da CAC dentro desse instrumento. Foi apresentado também o Contrato nº 087/2022, de 01/07/2022, Cláusula Quarta, DO Acompanhamento, Controle e Avaliação, item V, & 2º, I,II,III,IV e V; cláusula sexta, & 1º, & 2º, celebrado entre o Município de Machado e a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, também não há previsão de existência da CAC dentro desse instrumento. Foi apresentado ainda pela SMS, Documentação referente as atividades desenvolvidas pela Comissão de acompanhamento da Contratualização Metas Qualitativas, e Relatório (Análise da Prestação de Contas do mês de janeiro de 2024, referente ao Contrato nº 087/2022, celebrado entre o Município de Machado e a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, referente aos meses de 05/06/07/10/2024, e 01/2025). Contudo, não foram apresentados documentos que comprovem a existência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde como o Ato de nomeação da mesma ou de cada membro para a função. Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput e § 2º.

**Fonte da Evidência:** Termo de Contratualização nº 019/2023 firmado com o Hospital de Machado.

Contrato nº 087/2022, de 01/07/2022, celebrado entre o Município de Machado e a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado.

Documentação referente as atividades desenvolvidas pela Comissão de acompanhamento da Contratualização Metas Qualitativas.

Relatório (Análise da Prestação de Contas do mês de janeiro de 2024, referente ao Contrato nº 087/2022, celebrado entre o Município de Machado e a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, referente aos meses de 05/06/07/10/2024, e 01/2025).

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação:

Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Está sendo elaborado novo contrato com a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado para agrupar ambas as prestações de serviços em um único instrumento, ocasionando a rescisão dos atuais (contratos nº 087/2022 e nº 019/2023), mediante orientação da Superintendência Regional de Saúde de Alfenas. Diante disso, a nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização será devidamente providenciada para esse novo instrumento contratual.

**Análise da Justificativa:** A SMS enviou o Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025, que a nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização será devidamente providenciada para esse novo instrumento contratual, porém não foi apresentada pela SMS documentação comprobatória para afastar a não conformidade encontrada. Permanece a Não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

**Acatamento da Justificativa:** Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** Instituir formalmente a Comissão de Acompanhamento da Contratualização nomeada pelo Gestor de Saúde, como o



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Ato de nomeação da mesma ou de cada membro para a função, conforme Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput e § 2º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18.242.784/0001-20

Grupo: Atenção Básica

Constatação Nº: 702436

Subgrupo: Processo de Trabalho

Item: Outras Atividades (Visitas/Rotinas/ Acolhimento)

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Foi informado pelo Sr. J.M.C.O., Gerente de Regulação e Controle de serviços assistenciais, que não há Comissão Municipal responsável pelo TFD e que os formulários previstos no Manual de TFD eram utilizados no passado, mas caíram em desuso há muito tempo(mais de quinze anos). Não foram apresentados documentos que comprovem a existência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde como o Ato de nomeação da mesma ou de cada membro para a função. Tal fato está em desacordo com a (Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140) e Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Normas Específicas, itens 1 e 2.2.

Fonte da Evidência: Termo de Entrevista do Sr. J.M.C.O., Gerente de Regulação e Controle de serviços assistenciais, datado de 24/04/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação:

Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

A Secretaria de Saúde irá providenciar a nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD - Tratamento Fora do Domicílio. Para tanto, a estrutura organizacional do setor está sendo adequada para englobar os fluxos e processos previstos no Manual de TFD.

Análise da Justificativa: A SMS enviou o Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025, que irá providenciar a nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD - Tratamento Fora do Domicílio. Para tanto, a estrutura organizacional do setor está sendo adequada para englobar os fluxos e processos previstos no Manual de TFD. Porém não foi apresentada pela SMS documentação comprobatória para afastar a não conformidade encontrada. Permanece a Não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Recomendação: Instituir a Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, com Ato de nomeação da Comissão ou de cada profissional para a função, de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140) e Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Normas Específicas, itens 1 e 2.2.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18.242.784/0001-20

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 703143

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Registros Contábeis

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Através de análise documental, verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos criada pela Lei Municipal nº 896/93 de 11/02/1993. As LOA/LDO dos exercícios de 2024 e 2025 possuem a definição de Unidade Orçamentária denominada Fundo Municipal de Saúde, destinados a ações e serviços públicos de saúde. O Fundo Municipal de Saúde (FMS) possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 10.521.537/0001-50 na condição de Matriz e possui natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal). Os Quadros Demonstrativos da Despesa (QDD) 2024 e 2025 do FMS apresentados, as - Notas de Empenhos nº 1238, de 03/02/2025 - Nota de Liquidação em 07/03/2025, possuem as identificações e especificação das despesas, bem como a classificação orçamentária e detalhamento da execução. Em Termo de entrevista, o gestor, Sr. R.H.C.C., declarou que: "...O Fundo Municipal de Saúde é simplesmente unidade orçamentária e gestora de recursos relativas às ações e serviços públicos de saúde, conforme o art. 14 da LC 141/2012 (que regulamenta o § 3 do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos aplicados anualmente pela União, Estados, DF e Municípios...)". Tal fato está de acordo com a Lei Municipal nº 896 de 11/02/1993 e Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 896 de 11/02/1993;  
- LOA/LDO dos exercícios de 2024 e 2025;  
- Consulta em 02/04/2025, às 13:49h: <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/dashboard> ;  
- Quadros Demonstrativos da Despesa (QDD) 2024 e 2025 do FMS;  
- Notas de Empenhos nº 1238, de 03/02/2025 - Nota de Liquidação em 07/03/2025  
- Cartão de Situação Cadastral do CNPJ na Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.  
- Termo de entrevista do gestor, Sr. R.H.C.C., em 24/04/2025.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 703146

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Através da análise documental apresentada pela SMS de Machado, verificou-se que o extrato da conta com movimentação da contrapartida municipal, encontra-se no CNPJ da Prefeitura e o contrato bancário também sob mesmo CNPJ. Os empenhos apresentados, identificam a conta como vinculada ao FMS, porém, sob CNPJ da Prefeitura, bem como as Notas de Empenhos de pagamentos realizados com recursos da contrapartida municipal de nºs 2690 e 3463, de 10/01/2025. Em Termo de Entrevista, o gestor declarou que: "Atualmente os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente específica da Saúde de recursos próprios, porém esta conta não está vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde - nº 10.521.537/0001-50, e sim no CNPJ do Município de Machado nº 46.395.000/0001-39. Portanto, cabe novamente ressaltar que, apesar dos Fundos Municipais de Saúde serem inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, esta inscrição é de natureza meramente contábil, e por essa razão, os Fundos Municipais de Saúde não gozam de personalidade jurídica própria, e nesse sentido não realizam contratos e nem tão pouco podem participar de eventuais demandas judiciais, uma vez que não respondem por si". Tal fato está em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 2, Parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Relação das contas correntes do FMS;  
- CNPJ do Fundo Municipal de Saúde - nº 10.521.537/0001-50;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- CNPJ do Município de Machado nº 46.395.000/0001-39;
- Contrato de Conta corrente da contrapartida municipal ao CNPJ do FMS: Banco 001, Ag. 0399-9, c/c nº 10.210-5;
- Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal - Banco 001, Ag.0399-9, c/c nº 10.210-5;
- Termo de entrevista do gestor, Sr. R.H.C.C., em 24/04/2025;
- Notas de Empenhos de pagamentos realizados com recursos da contrapartida municipal de nºs 2690 e 3463, de 10/01/2025;
- Consulta em 02/04/2025 às 14:38: <https://consultafns.saude.gov.br/#!/detalhada/acao>
- Consulta SISAUD em 23/04/2025 às 10:05h

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C., que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação:

Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Conforme Memorando nº 197/2025-SMF, da Secretaria Municipal de Fazenda, estão sendo adotadas providências para que os recursos financeiros da contrapartida municipal sejam movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS (ANEXO VI).

Análise da Justificativa: O auditado apresentou, através do anexo VI, comunicação interna entre a SMS e o setor financeiro do município, que informou estar providenciando a adequação junto ao banco, sem, contudo, comprovar a efetivação da abertura e movimentação da conta vinculada ao CNPJ do FMS. Portanto, não foi apresentada documentação comprobatória suficiente para afastar totalmente a não conformidade encontrada. Permanece a Não conformidade.

Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Recomendação: Criar conta corrente da contrapartida municipal vinculada ao CNPJ do FMS, para devida movimentação do respectivo recurso, de acordo com o art. 7º da Lei nº 8.080/1990, art. 32, § 2º, e o art. 33, caput.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 703148

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas.

Evidência: Em análise documental, verificou-se o ato de designação do Gestor Municipal através da Portaria Municipal Nº 001, de 02/01/2023. Verificado, ainda, que nas amostras de Notas de Empenhos a sua assinatura e identificação do ordenador de despesa. Tal fato está de acordo com Decreto-Lei nº 200/67, art. 80, § 1º, com a IN/DTN nº 10/1991 e com



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



a Lei nº 8.080/1990, Artigo 9º e Lei nº 8.080/1990, Artigo 32, parágrafo 2º.

**Fonte da Evidência:** - Portaria Municipal Nº 001, de 02/01/2023 - Ato legal de nomeação do Gestor Municipal de Saúde;  
- Notas de Empenhos de pagamentos realizados com recursos da contrapartida municipal de nºs 2690 e 3463, de 10/01/2025;  
- Lei Municipal que cria o FMS.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 703150

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Comprovação de despesas

**Constatação:** O Gestor Municipal de Saúde é o autorizador dos pagamentos do FMS.

**Evidência:** Durante a fase analítica, em consulta ao Portal da Transparência do município e, durante a fase operativa, através de análise documental junto ao Setor de Contabilidade da Prefeitura de Machado, verificou-se, nas amostras de Notas de Empenhos (N.E) a assinatura e identificação do autorizador do pagamento como sendo do atual gestor, caracterizando-se, portanto, como autorizador dos pagamentos do FMS. Tal fato está de acordo com Decreto Estadual nº 37924, de 16/05/1996, Art.21; e com a Lei nº 8.080/1990, Artigo 9º e Artigo 32, parágrafo 2º.

**Fonte da Evidência:** - Notas de Empenhos de pagamentos realizados com recursos da contrapartida municipal de nºs 2690 e 3463, de 10/01/2025;  
- Termo de entrevista do gestor, Sr. R.H.C.C., em 24/04/2025.  
- Portal da Transparência do município: <https://transparencia.machado.mg.gov.br/despesas-por-empenhos-detalle> - consulta em 23/02/2025;

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 703153

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Os contratos e convênios firmados com o prestador hospitalar (Santa Casa de Caridade de Machado) dispõem das cláusulas e condições exigidas em legislação.

**Evidência:** Em análise documental referente ao período auditado, constatou-se que os contratos e convênios formalizados entre o município e o prestador hospitalar estão devidamente formalizados conforme legislação. Os Termos Aditivos ao Contrato Nº 19/2023 I a X; Contrato de Prestação de Serviços Nº 087/2022 de 01/07/2022; Contrato Nº 093/2023, Credenciamento Nº 003/2023, de 28/07/2023 e I Termo Aditivo; I Termo Aditivo ao Contrato Nº88/2023, Processo Nº003/2023; e I Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2023 de 26/12/2023 bem como os Contratos N.º 002/2025- Processo Administrativo-Inexibilidade- Nº 011/2025, de 02/01/2023 e o Contrato Nº 019/2023, de 01/01/2023 e Convênio Nº 17/2024, ambos firmados entre o Município de Machado e a Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado são instrumentos possuem cláusulas que dispõem sobre o objeto, regime de execução, preço e condições de pagamento, prazos, fonte das despesas, direitos e responsabilidades das partes, legislação aplicável, dentre outras. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação N.º 01/2017 - Artigos 130 ao 142; e Portaria de Consolidação N.º 02/2017 - Anexo XXIV - Capítulo III - Art. 32 § 1º, artigos 34, 35 e 36; Lei 8666/93, Art.54, parágrafo 1º, Art. 55 e Art.89 § 1º e § 2º e Art. 92 da Lei 14.133/2021.

**Fonte da Evidência:** - Contrato Nº 019/2023, de 01/01/2023;  
- Termos Aditivos ao Contrato Nº 19/2023 I a X;  
- Contrato de Prestação de Serviços Nº 087/2022 de 01/07/2022;  
- Contrato Nº 093/2023, Credenciamento Nº 003/2023, de 28/07/2023 e I Termo Aditivo;  
- Contrato N.º 002/2025- Processo Administrativo-Inexibilidade- Nº 011/2025, de 02/01/2025;  
- Convênio Nº 17/2024 de 14/10/2024;  
- I Termo Aditivo ao Contrato Nº88/2023, Processo Nº003/2023;  
- I Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2023 de 26/12/2023;



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Portal da Transparência do município: <https://transparencia.machado.mg.gov.br/despesas-por-empenhos-detalle> - consulta em 23/02/2025.

Conformidade: Conforme

Grupo: Controles Internos

Constatação Nº: 703155

Subgrupo: Processo

Item: Documentação/Registros

**Constatação:** Os Contratos e/ou convênios formalizados com o prestador hospitalar de Serviços ao SUS (Santa Casa de Caridade de Machado) foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação aplicável.

**Evidência:** Em análise documental referente ao período auditado, constatou-se que os contratos e convênios formalizados entre o município e o prestador hospitalar demonstram a ocorrência dos procedimentos de licitação para a formalização dos mesmos, com os prestadores hospitalares de serviços do SUS do próprio município e estão devidamente formalizados conforme legislação. Foram apresentados: Processo Licitatório 11/2025; Modalidade: Inexigibilidade 02/2025, de 29/01/2025 - Santa Casa Machado e Processo Licitatório nº 029/2023, por Inexigibilidade 013/23, em 12/03/2025. Os instrumentos jurídicos possuem cláusulas que dispõem sobre o objeto, regime de execução, preço e condições de pagamento, prazos, fonte das despesas, direitos e responsabilidades das partes, legislação aplicável, dentre outras. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 132, caput; Lei Federal nº 8.666/93 art. 2º e Lei Federal nº 10.520/02, art. 1º) e Art.190 e 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Fonte da Evidência:** - Processo Licitatório 11/2025; Modalidade: Inexigibilidade 02/2025, de 29/01/2025 - Santa Casa Machado  
- Processo Licitatório nº 029/2023, por Inexigibilidade 013/23, em 12/03/2025;  
- Termo de entrevista do gestor, Sr. R.H.C.C., em 24/04/2025;  
- <https://transparencia.machado.mg.gov.br/despesas-por-empenhos-detalle>, consulta em 23/04/2025, às 10:55h.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 703156

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

**Constatação:** Os Processos licitatórios dos convênios e/ou contratos formalizados com o prestador hospitalar de serviços ao SUS (Santa Casa de Caridade de Machado) estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável.

**Evidência:** Em análise documental dos contratos e convênio vigentes, com o prestador hospitalar e SMS de Machado, verificou-se que os respectivos processos licitatórios que precederam a formalização de tais convênios e contratos foram formalizados com os prestadores de Serviços ao SUS quanto à adequada instrução processual, conforme exigida na norma aplicável - Lei 8.666/1993, art. 38 (páginas numeradas e rubricadas, constando documentação exigida pela legislação, desde a abertura do processo até a formalização e publicação. O Processo Licitatório 11/2025; Modalidade: Inexigibilidade 02/2025, de 29/01/2025 - Santa Casa Machado, Processo Licitatório nº 029/2023, por Inexigibilidade 013/23, em 12/03/2025, para Contratação do Hospital Santa Casa de Machado, demonstram que os procedimentos de licitação para a formalização atendem à correta instrução processual referentes ao contrato e ao convênio com os prestadores de serviços do SUS, estando, portanto, devidamente instruídos. Foram apresentados, ainda, a Portaria Municipal N. 363/2022, de 08/09/2022 e Portaria Municipal Nº 269 de 05 de julho de 2022 em que designam, respectivamente a Comissão de Licitações e Agente de Contratação, para os exercícios de 2022 até a presente data, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos licitatórios. Tal fato está de acordo com a Lei 8.666/1993, Art. 24, Art. 25, Art. 26 e Art. 38, inciso III; e com o Art. 6º, inciso I e Art. 8º, o Art. 18, e Art.190 e 191 da Lei 14.133/2021.

**Fonte da Evidência:** - Processo Licitatório 11/2025; Modalidade: Inexigibilidade 02/2025, de 29/01/2025 - Santa Casa de Machado;  
- Processo Licitatório nº 029/2023, por Inexigibilidade 013/23, em 12/03/2025;  
- Portaria Municipal N. 363/2022, de 08/09/2022 ;  
- Portaria Municipal Nº 269 de 05 de julho de 2022.

Conformidade: Conforme





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 702437

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: O Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: A SMS de Machado apresentou o Plano Municipal de Saúde para para o Quadriênio 2022/2025, elaborado em Julho /2021 pela Secretaria Municipal de saúde de Machado, que foi aprovado na íntegra pelo Conselho Municipal de Saúde, através da Resolução 006/2021. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 96, Caput e § 7º; Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, a.

Fonte da Evidência: Plano Municipal de Saúde para para o Quadriênio 2022/2025.  
Resolução 006/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 702438

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A Programação Anual de Saúde (PAS) 2025 foi elaborada pela SMS, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: A Programação Anual de Saúde (PAS 2025) foi acessada no DIGISUS pela equipe, e apresentada pela SMS de Machado registrada no Digisus, datada de 27/12/2024, com status de Aprovado. A SMS apresentou também a Resolução 006/2024 de 20/11/2024 do CMS que deliberou, Tomar conhecimento e Aprovar, por unanimidade, na íntegra, o conteúdo da Programação anual de Saúde - 2025. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95, 97 e 98, Inciso I, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, b.

Fonte da Evidência: Programação Anual de Saúde-PAS 2025.  
Resolução 006/2024 de 20/11/2024 do CMS.

Conformidade: Conforme

Grupo: Atenção Básica

Constatação Nº: 702439

Subgrupo: Processo de Trabalho

Item: Outras Atividades (Visitas/Rotinas/ Acolhimento)

Constatação: O Relatório Anual de Gestão (RAG)2023 foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: A SMS de Machado apresentou o Relatório Anual de Gestão 2023, elaborado pela SMS registrada no Digisus, com Parecer do Conselho de Saúde Aprovado em 01/04/2024, e conforme a Resolução 002/2024 de 20/03/2024, foi aprovado por unanimidade, na íntegra, o conteúdo do RAG-Relatório Anual de Gestão de 2023, pelo Conselho Municipal de Saúde de Machado. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01 de 28/09/2017, Artigo 94, §Único, Inciso I e Artigos 95 e 99.

Fonte da Evidência: Relatório Anual de Gestão 2023.  
Resolução 002/2024 de 20 de março de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 702440

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Submetido ao Conselho

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs)2024 foram elaborados pela SMS no DIGISUS, foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde, mas não foram apresentados à Casa Legislativa Municipal, dentro



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



dos prazos legais estabelecidos.

**Evidência:** A SMS apresentou os três últimos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs)/2024, elaborados e disponíveis pela SMS no Sistema DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento, todos com Status do Parecer do CMS avaliados. Por meio da Resolução 004/2024 de setembro de 2024, o Conselho Municipal de Machado aprovou, por unanimidade, na íntegra, o conteúdo do 2º RDQA de 2024. Através do OFÍCIO Nº 48.05/2024 de 20/05/2024, Gerência Administrativa - Câmara Municipal de Machado, foi deferido pelo Presidente da Casa Legislativa de Machado, a solicitação do Secretário Municipal de Saúde, de espaço para apresentação do 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior no dia 27/05/2024. Por meio do Ofício SMS nº 188/2024, de 04/10/2024, a SMS solicitou à Câmara Municipal, espaço para apresentação do 2º RDQA no dia 14/10/2024. Através do OFÍCIO nº 198/2024, de 14/10/2024, foi solicitado pela SMS de Machado à Câmara Municipal o cancelamento da apresentação do 2º RDQA e requerimento de reagendamento da apresentação do 2º RDQA 2024 para o dia 21/10/2024. Através do Ofício SMS nº 52/2025 de 13/03/2025, a SMS solicitou ao presidente da Câmara Municipal espaço para apresentação do 3º RDQA à Câmara Municipal. Porém não foi apresentado pela SMS de Machado Documentos comprovando a apresentação dos RDQAs/2024 na Câmara Municipal de Machado, dentro dos prazos legais estabelecidos. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 100, Portaria de Consolidação nº 1/2017, Capítulo VII, Seção II, art. 435 e art. 436, item II, a; Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 41; Portaria de Consolidação nº 01/2017, art. 100, Caput e Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36, Caput e § 5º.

**Fonte da Evidência:** Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs)/2024, elaborados e disponíveis pela SMS no Sistema DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento, Status do Parecer do CMS Avaliado.  
Resolução 004/2024 de setembro de 2024 - CMS  
OFÍCIO Nº 48.05/2024 SMS, 20 de Maio de 2024.  
Ofício SMS nº 188/2024 de 04/10/2024.  
OFÍCIO nº 198/2024, de 14 de outubro de 2024.  
Ofício SMS nº 52/2025 de 13/03/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025 e Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025 datados de 18/09/2025, foram realizadas as Notificações de Auditoria a SMS de Machado e pessoa física o Sr. R.H.C.C, que através do Ofício SMS nº 219/2025, apresentaram a seguinte manifestação:

Prezado Senhor, A Secretaria Municipal de Saúde de Machado, por intermédio de seu Secretário que subscreve, serve-se do presente para, respeitosamente, se manifestar em relação às constatações não conformes identificadas em auditoria e registradas no Relatório Preliminar.

Não foi apresentada manifestação para essa Não Conformidade.

**Análise da Justificativa:** A SMS enviou o Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 377/2025, porém não foi apresentada documentação comprobatória para afastar a não conformidade encontrada. Permanece a Não conformidade. Em decorrência da publicação da Resolução SES-MG nº 10.528/2025 - a qual dispõe sobre o novo regulamento do CEA-SUS/SES-MG, observados o artigo 21, I, e o artigo 41, tornou-se inaplicável a penalidade de advertência escrita nesta auditoria programada.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18 242.784/0001-20

**Recomendação:** Apresentar os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs)2024 à Casa Legislativa Municipal, dentro dos prazos legais estabelecidos, conforme determina a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 100, Portaria de Consolidação nº 1/2017, Capítulo VII, Seção II, art. 435 e art. 436, item II, a; Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 41; Portaria de Consolidação nº 01/2017, art. 100, Caput e Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36, Caput e § 5º.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACHADO	18.242.784/0001-20

#### VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 18/09/2025

Ofício Nº: 3772025

Data: 18/09/2025

#### VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 377/2025, de 18/09/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria Nº 768 à Secretaria Municipal de Saúde de Machado (Pessoa Jurídica), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 24/09/2025, conforme Certidão de Intimação Cumprida (SEI 123573141). Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 378/2025, de 18/09/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria Nº 768, ao Sr. R.H. C.C., responsável pessoa física, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 24/09/2025, conforme Certidão de Intimação Cumprida (SEI 123573223). Por meio do Ofício SMS nº 188/2025, de 14 de outubro de 2025, o Sr. R.H.C.C., responsabilizável pessoa física e representante legal da pessoa jurídica, solicitou de dilação do prazo para se manifestar. Por meio do Ofício SES/URSPDU-ARAS-SUS/MG nº. 6/2025, de 15/10/2025, foi autorizada a prorrogação do prazo, que foi recebido pelo responsabilizável pessoa física e representante legal da pessoa jurídica em 16/10/2025, conforme e-mail institucional de confirmação de recebimento. A SMS apresentou uma manifestação através do Ofício SMS nº 219/2025, juntamente com os seguintes documentos comprobatórios: Anexo I - CMA (128869709); Anexo II - Protocolo de Regulação (128870801); Anexo III Lista de presença capacitação (128871253), Anexo IV - Lista presença (128872157), Anexo IV. b - Apresentação PP 1 (128874984), Anexo V - Apresentação PP 2 (128875401), Anexo V.b. - Lista de presença (128875786), VI-MEMORANDO Nº 197/2025 - SMF (128876113). A equipe responsável pela atividade analisou a manifestação apresentada e elaborou o Relatório Final de Auditoria.

#### VIII - CONCLUSÃO

Cumpriu-se o objetivo de realizar auditoria programada no município de Machado, que assumiu a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento das responsabilidades sanitárias quanto ao Componente Municipal de Auditoria (CMS), Serviço Municipal de Controle Avaliação e Regulação (SCRA), Fundo Municipal de Saúde (FMS), Contratos e Convênios e Instrumentos de Gestão do SUS.

Quanto ao Componente Municipal de Auditoria (C.M.A.), foi verificado que: não está devidamente formalizado, não possui equipe multiprofissional designada para desempenhar ações de auditoria do SUS, não possui os recursos físicos e materiais necessários ao desempenho das atividades de auditoria, e não realiza ações de Auditoria. Foi apresentado cópia de protocolo e minuta de projeto de lei como documentação comprobatória, no entanto não foi apresentado um cronograma/previsão com prazos definidos para cada etapa (alteração da lei, criação dos cargos, regulamentação do CMA), não há indicação de ações provisórias para iniciar as atividades de auditoria enquanto a estrutura formal não é implementada e estratégias administrativas internas que poderiam antecipar parte das atividades (ex.: designação temporária de servidores).

Quanto ao SCRA, a SMS não implantou protocolos de regulação de acesso, as equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente sendo que a justificativa menciona previsão de implantação, mas não apresenta cronograma formal com etapas e responsáveis. Não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde, não sendo apresentado plano de trabalho/cronograma que contemple as orientações sobre a organização, atribuições e ações específicas do SCRA; fluxo de acesso a consultas especializadas, exames, cirurgias eletivas (ambulatoriais e hospitalares); rede de Urgência e Emergência; processo de solicitação e encaminhamento de TFD; atualização e implantação de Protocolos de regulação.

A SMS executa parcialmente o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território e controla parcialmente a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios, no entanto, não foram apresentados documentos que



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



comproven ações em andamento, cronograma, ou plano de ação para implantação do sistema ou protocolos. Apesar da meta prevista para o próximo ciclo de planejamento no Plano Municipal de Saúde (2026-2029), este não foi apresentado.

A Secretaria Municipal de Saúde garante parcialmente o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI, não sendo apresentada documentação comprobatória de providências como um plano de ação imediato para corrigir a falta de controle e relatórios sintéticos, análise das disparidades entre pactuação (PPI) e produção real e não aborda a ausência de relatórios consolidados mensais/anual exigidos para gestão da PPI e dos municípios notificados/ notificações que informa terem sido realizadas para adequação e individualização. Existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC para a realização dos procedimentos de cirurgia de catarata. A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não foi devidamente formalizada, visto que não foi apresentado documento que comprove as medidas adotadas que serão providenciadas, enviadas pela SMS, no Ofício SMS nº 219/2025, sobre a nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização. Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, visto que não foi apresentado documento que comprove as medidas que serão providenciadas, enviadas pela SMS, no Ofício SMS nº 219/2025, sobre a nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD - Tratamento Fora do Domicílio.

Quanto FMS, constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos, constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos. Os recursos financeiros da contrapartida municipal ainda não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS, porém, foram apresentados documentos que apontam ações para adequação da não conformidade. O Gestor Municipal de Saúde é o ordenador de despesas e é Gestor Municipal de Saúde e também autorizador dos pagamentos do FMS. Os contratos e convênios firmados com os prestadores hospitalares dispõem das cláusulas e condições exigidas em legislação. Os Contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores hospitalares de Serviços ao SUS foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação aplicável. Os Processos licitatórios dos convênios e/ou contratos formalizados com os prestadores hospitalares de serviços ao SUS estão devidamente instruídos, conforme legislação aplicável.

Quanto aos Instrumentos de Gestão, verificou-se que o Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde. A Programação Anual de Saúde (PAS) 2025 foi elaborada pela SMS, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde. O Relatório Anual de Gestão (RAG)2023 foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde. Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs)2024 foram elaborados pela SMS no DIGISUS, foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde, mas não foram apresentados à Casa Legislativa Municipal, dentro dos prazos legais estabelecidos, portanto não foi apresentada manifestação pela SMS, sobre a apresentação dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs)2024 à Casa Legislativa Municipal, dentro dos prazos legais estabelecidos.

#### ENCAMINHAMENTOS:

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo, será dada ciência:

1. Ao Conselho Municipal de Saúde de Machado ;
2. À Superintendência Regional de Saúde de Alfenas.



#### IX - ANEXOS

#### ANEXO 1- CONSTATAÇÃO 702825

##### ANEXO 1- CONSTATAÇÃO 702825

**Constatação:** A SMS executa parcialmente o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

**Evidência:** Em análise dos relatórios enviados referentes aos procedimentos/atendimentos, disponíveis no município de Machado, verificou-se:

-Para consultas especializadas, foram apresentadas planilhas/agendas geradas através do sistema privado de gestão: Vivver sistemas, constando as informações de unidade solicitante, CBO da especialidade, unidade de agendamento, profissional executor, procedimento, data e hora do agendamento, no entanto, não consta a situação: executada/recebido e nem comprovação de presença do paciente, impossibilitando o rastreamento da efetiva realização do procedimento agendado. Em termo de entrevista com o Gerente de Regulação e Controle de Serviços Assistenciais, Sr. J. M. C. O., foi informado sobre a dinâmica de agendamentos: "Exames laboratoriais, radiografias, ultrassonografias e mamografias, bem como as consultas médicas especializadas ofertadas na Policlínica Municipal, são agendados via sistema diretamente pelas unidades básicas de saúde. Para tanto, são distribuídas cotas físicas e financeiras (laboratorial) considerando a demanda reprimida apurada e a gestão dessas filas é realizada pela própria equipe de Saúde da Família, não passando pelo processo de avaliação e autorização do médico da regulação municipal.

Para os demais procedimentos diagnósticos realizados fora da Policlínica Municipal, as requisições médicas são protocoladas pelo próprio paciente na Central de Marcação de Consultas, Exames e Procedimentos da Secretaria de Saúde do município. Essas requisições são autorizadas pelo Dr. A. T. A. F (médico auditor) e registradas em planilhas do Excel, com abas categorizadas por fila, por ordem cronológica. A identificação de prioridade/"urgência", é realizada no formulário pelo médico solicitante. Entretanto o médico auditor não avalia se essa prioridade/"urgência" é condizente com os dados clínicos informados no formulário de encaminhamento.

Quando liberadas as agendas, os casos classificados pelo médico solicitante como prioritários são agendados e as demais vagas são ocupadas em ordem cronológica".

Sobre o gerenciamento e controle da lista de espera, informou: "A servidora S. S. A. F (Assistente de Agendamentos) coordena os agendamentos da Central de Marcação de Consultas, Exames e Procedimentos da Secretaria de Saúde, distribuindo as atividades de agendamento conforme planilhas da demanda que são alimentadas pelo servidor E. S. J (estagiário), com inclusão de dados e registro das baixas, seja por agendamento ou desistência/óbito e afins".

Foram verificadas as listas/ cadastro de demanda reprimida em planilha Excel, onde observou-se que para a especialidade de cardiopediatria, possui pacientes cadastrados referentes aos anos de 2016, 2019, 2021, 2023 e 2025, sem previsão de agendamento, observações, dados de contato e telefone do usuário e informações atualizadas sobre a situação / realização da demanda. Para avaliação com urologista, foram identificados cadastros na lista referentes aos anos de 2018, 2020, 2021, 2022, 2024 e 2025, sem previsão de agendamento, observações, dados de contato e telefone do usuário e informações atualizadas sobre a situação / realização da demanda.

Desta forma, verificou-se que a SMS possui um fluxo de agendamento (relação/ lista de espera para agendamentos de usuários do SUS), mas não executa o controle efetivo do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território. A SMS



#### ANEXO 1- CONSTATAÇÃO 702825

não garante o acesso da população por meio da aplicação de protocolos de regulação de acesso para que as demandas de exames e consultas especializadas sejam avaliadas pelo médico autorizador com base na triagem de risco e necessidade. A SMS também não realiza a revisão das listas de cadastro, com informações atualizadas sobre a situação real do usuário, estando tais fatos em desacordo com Resolução de Consolidação CIT N.º 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, item 4.1., "j"; Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II r Art. 10, §3º, Inciso II. Auditado sujeito a penalidade de Advertência Escrita.

#### Fonte de Evidência:

- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) referentes ao período de abrangência (novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025), Sistema Vivver.
- Agendas/Planilhas de marcação de procedimentos hospitalares disponíveis no seu território do período de abrangência (novembro e dezembro de 2024 e fevereiro de 2025);
- Listas de espera (municípios no próprio território) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares, fornecidas por e-mail em 15/04/2025;
- Termo de Entrevista com o gerente do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação Sr. J.M.C.O., datada de 24/04/2025.

